

CARTA ANUAL DE

*Políticas
Públicas
e Governança
Corporativa*



Sumário

<i>Mensagem do Conselho de Administração</i>	3
<i>Identificação Geral</i>	5
<i>Quem somos</i>	6
<i>Nossa estratégia</i>	7
<i>Nossas principais atividades</i>	10
<i>Interesse público que justificou a criação da Petrobras</i>	12
<i>Plano Plurianual</i>	15
<i>Outras informações relevantes</i>	17
<i>Principais resultados</i>	21
<i>Indicadores objetivos – Métricas de Topo</i>	23
<i>Remuneração da Administração</i>	25
<i>Gerenciamento de riscos e controles internos</i>	27
<i>Sistema de integridade</i>	31
<i>Governança corporativa</i>	35
<i>Plano de saúde</i>	41



Mensagem do Conselho de Administração

É com satisfação que o Conselho de Administração (CA) da Petrobras apresenta a Carta Anual de Governança e Políticas Públicas de 2023. Neste documento informamos a sociedade sobre a Governança Corporativa da Petrobras e as iniciativas desenvolvidas ao longo do ano, enquanto sociedade de economia mista e uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo.

Acreditamos que as boas práticas de governança corporativa e conformidade são fundamentais para garantir a sustentabilidade dos nossos negócios, tendo como prioridade atuar com ética, integridade e transparência em todas as nossas operações.

Nos últimos anos, a Petrobras tem se dedicado a adotar padrões rigorosos de governança, ética, integridade e transparência. Por meio de iniciativas alinhadas aos nossos propósitos e valores, buscamos constantemente aprimorar nosso modelo de governança e integridade, o qual tem se mostrado consistente, efetivo e alinhado às melhores práticas do mercado.

Esses esforços têm sido reconhecidos por entidades externas, como, por exemplo, pela Certificação no Nível 1 de Governança do Índice de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST (IG-SEST), obtida no último ciclo realizado pela SEST em 2022, e a manutenção de 94% de aderência

ao Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC) desde o ano de 2020 e até o último ciclo de 2023. Importante destacar que, conforme o documento "Pratique ou Explique: Análise Quantitativa dos Informes das Companhias Abertas Brasileiras (2023)", divulgado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, a média de aderência às boas práticas das empresas estatais avaliadas no ano foi de 77,8%, enquanto a das empresas do setor de petróleo, gás e biocombustíveis foi de 76,7%.

Entretanto, esses números da companhia não são os únicos que merecem destaque. A Petrobras alcançou a produção total de óleo e gás natural de 2,782 milhões de barris de óleo equivalente por dia (MMboed) em 2023, representando um aumento de 3,7% em relação à produção registrada pela companhia no ano de 2022.

Em 2023, a companhia também atingiu recorde anual de produção total própria de óleo e gás natural no pré-sal, que representaram 78% da produção total da Petrobras no ano.

Ao longo de 2023, a companhia também registrou o fator de utilização total (FUT) das refinarias, que leva em conta o volume de carga de petróleo processado em relação à capacidade operacional, de 92%, recorde desde 2014.

A Petrobras também registrou, em 2023, recordes de produção para três dos seus principais produtos, considerando as refinarias atualmente constantes de seu parque de refino, tendo produzido (i) 23,3 milhões de m³ de gasolina, recorde desde 2014; (ii) 41,4 milhões de m³ de

diesel, recorde desde 2015; e (iii) 7,1 milhões de m³ de GLP (gás de cozinha), recorde desde 2007. Importante destacar que esses números foram obtidos juntamente com os melhores resultados das refinarias em Intensidade Energética (103,7 ou 3,8 pontos melhor que o resultado de 2022), e Intensidade de Emissão de Gases do Efeito Estufa (36,8 kgCO₂e/CWT, redução de 3% em relação a 2022), evidenciando o compromisso da Petrobras com a redução da intensidade de carbono das suas operações.

As vendas de asfalto da Petrobras também atingiram recorde em 2023, tendo sido comercializadas 2,5 milhões de toneladas do produto, a maior quantidade desde 2014.

Investindo em tecnologia e inovação, a Petrobras bateu, pelo terceiro ano consecutivo, o recorde de depósito de patentes, com 142 pedidos registrados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), superando as marcas obtidas nos dois últimos anos, liderando o ranking de pedidos de patente.

Em 2023, aprovamos o Plano Estratégico 2024-28+, que reafirma o posicionamento da Petrobras relacionado às temáticas Ambiental, Social e Governança (ASG), integrando seus elementos em uma única visão, com destaque para quatro ideias-força: (i) reduzir a pegada de carbono; (ii) proteger o meio ambiente; (iii) cuidar das pessoas; e (iv) atuar com integridade.

Acompanhando as grandes transformações mundiais, a Petrobras está atravessando uma fase de mudanças e novas perspectivas, visando

a se preparar para a transição energética e para uma economia de baixo carbono justa e inclusiva, avançando em nossa agenda ASG, ao passo que conciliamos essa agenda com resultados financeiros sólidos em nossa Companhia.

Neste sentido, trouxemos na presente Carta maior detalhamento sobre a atuação da companhia em prol do desenvolvimento do país, em linha com o valor “Comprometimento com a Petrobras e com o país”, presente em nosso Plano Estratégico 2024-28+.

No ano de 2023, recolhemos R\$ 240,2 bilhões na forma de tributos e Participações Governamentais, conforme divulgado em nosso Relatório Fiscal 2023, disponível em nosso site de Investidores. Esses recursos são fundamentais para financiar obras públicas, como investimentos em infraestrutura e programas sociais, impactando positivamente a sociedade com um todo.

Para além das obrigações fiscais e tributárias, ampliamos significativamente nossos investimentos em projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos, que atingiram, em 2023, o montante de R\$ 236 milhões, o que representa um aumento de 43% em relação ao ano de 2022. Também em 2023, aprovamos e divulgamos a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão e inserimos como um dos objetivos estratégicos ser uma das três empresas de óleo e gás mais bem colocadas no ranking da *Corporate Human Rights Benchmarking*, tendo, para tanto, capacitado 97% dos empregados sobre o tema no ano em referência.

Destacamos, ainda, que a Petrobras controladora encerrou o ano de 2023 com 40.213 empregados próprios, contando, ainda, com 100.646 empregados de empresas contratadas que atuam em nossas instalações ou em áreas sob nossa responsabilidade.

Por meio de nossos negócios e de nossa atuação socioambiental, pudemos criar valor para todos os nossos acionistas e demais públicos de interesse da companhia, transformando vidas e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

Todos esses resultados só foram possíveis graças ao esforço, à capacidade e ao comprometimento de milhares de pessoas que trabalham conosco. Com espírito colaborativo e foco em um objetivo comum, somos capazes de gerar valor para os acionistas e para a sociedade como um todo.

O Conselho de Administração da Petrobras segue comprometido com nossa jornada de transformação, buscando nos preparar para novos desafios e construindo uma Petrobras cada vez mais forte, resiliente e alinhada com os princípios de governança e sustentabilidade bem como o compromisso com o Brasil.

Boa leitura!

Conselho de Administração da Petrobras

Identificação Geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto nº 8.945/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras referente ao exercício social de 2023. Para mais esclarecimentos sobre as informações contidas nesse documento acessar: www.investidorpetrobras.com.br.

CNPJ/MF:	33.000.167/0001-01	NIRE:	33.300032061
Sede:	Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ		
Tipo de estatal:	Sociedade de economia mista (Holding)		
Acionista controlador:	União Federal		
Tipo societário:	Sociedade por ações		
Tipo de capital:	Capital aberto		
Abrangência de atuação:	Internacional		
Sector de atuação:	Petróleo, gás natural e energia		
Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores*:	Carlos Alberto Rechelo Neto Tel.: (21) 3224-4477 E-mail: dfinri@petrobras.com.br		
Auditores independentes:	KPMG Auditores Independentes CNPJ: 57.755.217/0001-29 Período de prestação de serviços de auditoria independente: 2022 a 2024.		
Conselheiros de Administração Subscritores:	Pietro Adamo Sampaio Mendes Presidente do Conselho CPF 099.100.897-93 Magda Maria de Regina Chambriard Presidente da Petrobras CPF: 673.612.937-00 Bruno Moretti CPF 086.900.457-32 Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis CPF 050.199.968-07 Jerônimo Antunes CPF 901.269.398-53 José João Abdalla Filho CPF 245.730.788-00 Marcelo Gasparino da Silva CPF 807.383.469-34 Rafael Ramalho Dubeux CPF 041.323.794-00 Renato Campos Galuppo CPF 027.369.636-01 Rosangela Buzanelli Torres CPF 002.629.247-57 Vitor Eduardo de Almeida Saback CPF 954.648.321-49		
Presidente e Diretores Executivos subscritores:	Magda Maria de Regina Chambriard Presidente da Petrobras CPF: 673.612.937-00 Carlos Alberto Rechelo Neto Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores Interino* CPF: 262.997.388-39 Carlos José do Nascimento Travassos Diretor Executivo de Engenharia, Tecnologia e Inovação CPF 923.622.067-34 Clarice Coppetti Diretora Executiva de Assuntos Corporativos CPF 354.995.240-68 Claudio Romeo Schlosser Diretor Executivo de Logística, Comercialização e Mercados CPF 406.077.120-15 Joelson Falcão Mendes Diretor Executivo de Exploração e Produção CPF 770.178.387-34 Mário Vinícius Claussen Spinelli Diretor Executivo de Governança e Conformidade CPF 011.382.217-08 Maurício Tiomno Tolmasquim Diretor Executivo de Transição Energética e Sustentabilidade CPF 674.100.907-82 William França da Silva Diretor Executivo de Processos Industriais e Produtos CPF 801.487.787-04		

* Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 15/05/2024

Quem somos

Somos uma sociedade brasileira de economia mista, uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo, atuando principalmente nas áreas de exploração e produção, refino, geração e comercialização de energia. Estamos comprometidos em ser a melhor empresa de energia em termos de diversificação, integração e geração de valor, conciliando a nossa atuação nos segmentos de óleo e gás com os negócios de baixo carbono. Dessa forma, buscamos construir um mundo mais sustentável, com os princípios de segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas. Temos expertise na exploração e produção como resultado de décadas de desenvolvimento das bacias brasileiras, especialmente em águas profundas e ultraprofundas, o que nos tornou líder mundial neste segmento.

Entretanto, nossos negócios vão além do alcance do campo e da retirada de petróleo e gás. Isso implica um longo processo por meio do qual transportamos petróleo e gás para nossas refinarias e unidades de tratamento de gás natural, que devem estar equipadas e em constante evolução para fornecer os melhores produtos. É nossa prioridade operar com baixos custos e com baixa emissão de carbono, o que contribui para nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável para uma sociedade em transição, em alinhamento com nossa Política de Responsabilidade Social.

Possuímos uma grande base de reservas provadas e operamos e produzimos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas no mercado interno está localizada nas bacias marítimas de Campos e Santos, no sudeste do Brasil, o que permite otimizar nossa infraestrutura e limitar nossos custos de desenvolvimento e produção para nossas novas descobertas. Além disso, desenvolvemos conhecimentos em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas como consequência dos mais de 50 anos atuando nas principais bacias marítimas brasileiras.

Operamos por meio de subsidiárias, *joint ventures* (operações conjuntas) e empresas associadas estabelecidas no Brasil e em outros países. Nossas ações são negociadas na bolsa de valores B3, de São Paulo, desde 1968, e a maioria do nosso capital votante pertence à União Federal. Também temos ações negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri (Latibex).

A Petrobras é controlada pela União Federal, que detém diretamente 50,26% das ações ordinárias e 28,67% do nosso capital social total. A União Federal detém, ainda, participação indireta de 18,48% das nossas ações preferenciais; e 7,94% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

A composição do nosso capital social refere-se à posição acionária de janeiro de 2024.

CAPITAL SOCIAL TOTAL



AÇÕES PREFERENCIAIS (PETR4, PBR/A-ADR)



AÇÕES ORDINÁRIAS (PETR3, PBR-ADR)



Nossa Estratégia



O Plano Estratégico 2024-28+, aprovado em 2023, trouxe os novos movimentos que materializam as transformações que vêm sendo pensadas para prepararmos a Petrobras para o futuro. Os combustíveis fósseis seguem com papel fundamental na matriz energética mundial, mas o avanço dos renováveis é um caminho importante e necessário.

Desse modo, as *commodities* petróleo e gás natural seguirão como direcionadores preponderantes de valor para a Petrobras, com resiliência econômica e ambiental, financiando a transição justa. Os nossos investimentos em novas energias serão feitos em projetos rentáveis, priorizando parcerias para redução de risco, compartilhando aprendizados e desenvolvendo as vantagens competitivas regionais do Brasil. A previsão é que o investimento em baixo carbono ganhe espaço gradualmente no portfólio da empresa.

Nosso Plano Estratégico 2024-28+ foi desenhado considerando os seguintes direcionadores estratégicos, estabelecidos no início de 2023, em observância às práticas de governança vigentes, ao compromisso com a geração de valor e à nossa sustentabilidade financeira de longo prazo:

1. Atenção total às pessoas, com a prioridade no desenvolvimento, retenção e requalificação de talentos de forma a prover à companhia um corpo técnico cada vez mais inclusivo, diverso e habilitado a atender às demandas dinâmicas do mercado, em especial da transição energética;

2. Foco em ativos rentáveis de exploração e produção, com descarbonização crescente das operações da empresa e de seus fornecedores;
3. Ênfase na adequação e aprimoramento do parque atual de refino por meio do ganho de eficiência e conjugação de matérias-primas de matriz renovável no desenvolvimento de processos industriais resilientes e produtos sustentáveis;
4. Busca pela transição energética justa, em linha com as empresas congêneres internacionais, prioritariamente por meio de parcerias de excelência técnica e por programas de responsabilidade social que mitiguem as externalidades da atuação da companhia e fomentem cadeias produtivas locais; e
5. Aproveitar as diferentes potencialidades do Brasil como país de dimensões continentais e capacidades energéticas que favorecem o desenvolvimento sustentável, através da regionalização das atividades da empresa baseadas em cadeias produtivas e unidades operacionais locais;
6. Fortalecer o acesso a mercados e buscar a vanguarda global na transição energética, através da atuação internacional por meio de parcerias tecnológicas e operacionais.

Com a visão de *“Ser a melhor empresa diversificada e integrada de energia na geração de valor, construindo um mundo mais sustentável, conciliando o foco em óleo e gás com a diversificação em negócios de baixo carbono (inclusive produtos petroquímicos e fertilizantes), sustentabilidade, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas”*; definimos no Plano Estratégico 2024-28+ os nossos valores:

Valores Petrobras

Cuidado com as pessoas

Cuidar das pessoas, promovendo diversidade, equidade e inclusão, saúde, bem-estar e segurança física e psicológica

Sustentabilidade

Gerar valor para a Companhia e as partes interessadas com visão de longo prazo e compromisso com a vida, a transição energética justa, o meio ambiente e a sociedade

Comprometimento com a Petrobras e com o país

Trabalhar com excelência e propósito em prol do desenvolvimento da Petrobras e do país



Integridade

Agir com ética, transparência e coerência entre discurso e prática

Inovação

Construir novos caminhos para a companhia, superando barreiras com colaboração, tecnologia, capacidade técnica e aprendizagem contínua

Temos como propósito *“Prover energia que assegure prosperidade de forma ética, justa, segura e competitiva”*. Desse modo, no Plano Estratégico 2024-28+ foi estabelecido um conjunto de estratégias que visam a uma contribuição efetiva da Petrobras para um futuro próspero e sustentável:

• EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Maximizar o valor do portfólio com foco em ativos rentáveis, repor as reservas de petróleo e gás inclusive com a exploração de novas fronteiras, aumentar a oferta de gás natural e promover a descarbonização das operações.

• REFINO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO

Atuar de forma competitiva e segura, maximizar a captura de valor pela adequação e aprimoramento do nosso parque

industrial e da cadeia de abastecimento e logística, buscar a autossuficiência em derivados, com integração vertical, processos mais eficientes, aprimoramento de produtos existentes e desenvolvimento de novos produtos em direção a um mercado de baixo carbono.

• GÁS E ENERGIA

Atuar de forma competitiva e integrada na operação e comercialização de gás e energia, otimizando o portfólio e atuando na inserção de fontes renováveis.

• SUSTENTABILIDADE

Atuar em negócios de baixo carbono, diversificando o portfólio de forma rentável e promovendo a perenização da Petrobras.



Atuar nos nossos negócios de forma íntegra e sustentável com segurança, buscando emissões decrescentes, promovendo a diversidade e o desenvolvimento social, contribuindo para uma transição energética justa e para a formação de especialistas em sustentabilidade.

Inovar para gerar valor para o negócio, suportando a excelência operacional e viabilizando soluções em novas energias e descarbonização.

Por fim, o Plano Estratégico 2024-28+reafirma seu posicionamento relacionado às temáticas Ambiental, Social e Governança (ASG), integrando seus elementos em uma única visão, com destaque para quatro ideias-força, conforme a seguir:



REDUZIR A PEGADA DE CARBONO

Ambição Net Zero 2050



PROTEGER O MEIO AMBIENTE

Ambição Zero Vazamento



CUIDAR DAS PESSOAS

Ambição Zero Fatalidade



ATUAR COM INTEGRIDADE

Ambição de ser referência em ética, integridade e transparência

Para cada uma dessas ideias-força foi identificado um conjunto de direcionadores relevantes que suportam e orientam as nossas ações, projetos, programas e compromissos relacionados, os quais podem ser verificados no Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).



Nossas Principais Estratégias

Somos uma das maiores produtoras de petróleo e gás do mundo. Nossas atividades estão focadas em reservatórios de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Brasil, que responderam por 94% de nossa produção total em 2023. Também temos atividades em campos maduros em águas rasas e em terra, bem como fora do Brasil. Os ativos brasileiros de exploração e produção representam 88% de nossos blocos e campos mundiais, 99% de nossa produção global de petróleo e 99,6% de nossas reservas de petróleo e gás natural.

Em decorrência dos mais de 50 anos atuando nas bacias marítimas brasileiras, desenvolvemos um conhecimento técnico especial na exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, nos tornando líder mundial nessa classe de ativo, segundo compilação dos dados publicados a partir de base de dados da consultoria IHS Markit.

A maior parte das nossas reservas provadas está localizada nas bacias *offshore* adjacentes de Campos e Santos, no sudeste do Brasil. Essa proximidade nos permite otimizar nossa infraestrutura e limitar os custos de exploração, desenvolvimento e produção.

Também atuamos nos mercados de refino, transporte e comercialização, possuindo e operando 11 refinarias. As refinarias são responsáveis pela maior parte da capacidade de refino no Brasil, que está substancialmente concentrada na região Sudeste, onde se encontram os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às principais fontes de petróleo e gás natural nas bacias de Campos e Santos.

Além disso, atuamos na geração de energia, na atividade de biocombustíveis e petroquímica, por meio de ativos próprios e participações em algumas empresas.

INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. Produtos e serviços comercializados

Nossos negócios estão divididos em três principais segmentos:

Segmento	Descrição
Exploração e Produção (E&P)	Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e atuando também de forma associada com outras empresas em parcerias, além das participações societárias em empresas deste segmento no exterior.
Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Contempla as atividades de refino, logística, transporte, aquisição e exportação de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo, no Brasil e no exterior. Adicionalmente, este segmento inclui a área de petroquímica, que compreende investimentos em sociedades do setor petroquímico, e produção de fertilizantes da companhia.
Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Contempla as atividades de logística, comercialização de gás natural e energia elétrica, transporte e comercialização de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia através de usinas termelétricas, bem como os resultados de operações de processamento de gás natural. O segmento contempla também negócios de energias renováveis, serviço de baixo carbono (CCUS) e a produção de biodiesel de seus coprodutos.

Além disso, a classificação "Corporativo e outros negócios" inclui os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas, além dos negócios de distribuição. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, contas a receber, perdas de crédito esperadas, resultados com derivativos (exceto os de commodities que são apresentados nos respectivos segmentos), overhead relativo à administração central e outras despesas, incluindo despesas atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos assistidos. Os outros negócios incluem a distribuição de derivados no exterior (América do Sul).

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da companhia

Segmento	31/12/2023 <small>(Valores em R\$)</small>	%
E&P	333.934.000.000	65,22%
RTC	474.338.000.000	92,64%
G&EBC	55.476.000.000	10,84%
Corp & outros	1.819.000.000	0,36%
Receita agregada	865.567.000.000	169,06%
Eliminações ⁽¹⁾	(353.573.000.000)	(69,06%)
Consolidado	511.994.000.000	100,00%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da companhia

Segmento	31/12/2023 <small>(Valores em R\$)</small>	%
E&P	112.458.000.000	89,85%
RTC	15.356.000.000	12,27%
G&EBC	6.762.000.000	5,40%
Corp & outros	(8.623.000.000)	(6,89%)
Receita agregada	125.953.000.000	100,63%
Eliminações ⁽¹⁾	(787.000.000)	(0,63%)
Consolidado	125.166.000.000	100,00%

(1) Correspondem às operações internas entre os nossos segmentos de negócio, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para informações mais detalhadas sobre nossas atividades e de nossas controladas, os nossos mercados de atuação e diversificação geográfica, ver o Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).

Interesse público que justificou a criação da Petrobras

Somos uma sociedade de economia mista, cuja constituição foi autorizada pela Lei nº 2.004/1953, posteriormente revogada pela Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo), e com maioria do capital social votante pertencente à União Federal. A constituição de sociedade de economia mista somente é admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou em casos de relevante interesse coletivo, na forma do artigo 173 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Para tanto, conforme previsto no artigo 238 da Lei nº 6.404/1976, bem como no § 3º do artigo 3º do nosso Estatuto Social poderemos ter nossas atividades orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a nossa criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.478/1997, de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da Petrobras e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco a rentabilidade e a sustentabilidade financeira da companhia.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei nº 13.303/2016, caso o atendimento do interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas por nós deverão estar definidas em norma ou regulamento e previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Em linha com esses normativos, em dezembro de 2017, realizamos ajustes em nosso Estatuto Social para indicar, de forma clara, o relevante interesse coletivo que justificou a nossa criação, bem como para formalizar os requisitos para seu atendimento, nas hipóteses em que esse se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Nesse caso, caberá à União nos compensar, a cada exercício social, pela diferença

entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, conforme expresso no artigo 3º, §6º do nosso Estatuto Social.

Cientes dos requisitos legais e parâmetros objetivos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016, que determinam a explicitação dos compromissos realizados para a consecução de objetivos de políticas públicas, bem como dos recursos e dos impactos financeiros advindos, visando à divulgação de informações completas e consistentes, descrevemos a seguir as obrigações ou compromissos assumidos antes do advento da Lei nº 13.303/2016 e da reforma do nosso Estatuto Social que inseriu as previsões relativas ao interesse público.



a. PROGRAMA NACIONAL DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL (CONPET)

O programa do governo federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), instituído por meio do Decreto s/nº de 18 de julho de 1991 e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, visa a promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos.

Em 2023, foi realizada a seguinte atividade pertinente ao Conpet:

- Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa a estimular a produção e a utilização de aparelhos a gás e veículos mais eficientes. Esse programa busca incentivar o consumo consciente, informando o consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis e de aparelhos que utilizam gás.

Possuímos um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provemos apoio técnico e administrativo ao programa, por meio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Os profissionais envolvidos nestas atividades não possuem dedicação exclusiva ao referido programa e não são responsáveis pelas ações de certificações.

Em 2019, iniciamos tratativas junto ao MME para transferência das atividades no Grupo Coordenador do Conpet, nas condições de Membro Nato – Secretário Executivo e Representante Técnico do Cenpes, para outro ente a ser definido pelo MME. O interesse pela transferência foi manifestado por carta protocolada junto ao ministério. O MME respondeu, em 22/04/2022, que as interações entre equipes as técnicas do MME e PETROBRAS para informações detalhadas do processo, funcionamento de aplicativos e sítio eletrônico foram suficientes para a transmissão do conhecimento. O MME deu ciência no interesse da total transferência das responsabilidades, e informou que daria início a uma Análise de Impacto Regulatório (procedimento, a partir da definição de um problema regulatório, de avaliação prévia à edição dos atos normativos de

interesse geral, que conterá informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão).

Para o exercício social em curso, está previsto o atendimento às convocações de Participações Técnicas pelo MME para o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular.

O valor aplicado no Conpet no ano de 2023 foi de aproximadamente R\$ 273 Mil, custeados pelo orçamento da PETROBRAS. O orçamento previsto para 2024 é de R\$ 54 mil e a origem dos recursos é a geração própria de caixa da companhia.

b. PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE (PPT)

Em 24/02/2000, frente ao risco iminente de racionamento de energia, foi instituído, mediante o Decreto nº 3.371/2000, o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), o qual visava à implantação de usinas termelétricas no país.

Nesse contexto, o Ministério de Minas e Energia, no âmbito de suas atribuições, publicou a Portaria nº 43/2000, assegurando às usinas integrantes desse programa, desde que tivessem entrado em efetiva operação comercial até 31/12/2004, fazerem jus ao suprimento de gás natural pela Petrobras por um prazo de até 20 anos contados a partir do início da operação comercial, com preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana.

Nossa atuação no PPT está pautada no cumprimento dos contratos de suprimento de gás natural celebrados com as usinas termelétricas integrantes do programa, dentre os quais ainda se encontram vigentes os contratos firmados com as usinas Norte Fluminense e Termopernambuco, com datas estimadas de finalização em dezembro/24 e abril/2024, respectivamente. Recentemente, em dezembro/2023, encerrou-se o contrato com a usina Termofortaleza.

O suprimento de gás para as usinas no âmbito do PPT, em 2023, gerou receitas de R\$ 1.241 milhões e custos de R\$ 1.155 milhões, com impacto positivo no resultado de R\$ 87 milhões.

As informações sobre o interesse público que justificou a criação da Petrobras também estão descritas no Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).

Plano Plurianual



O **Plano Plurianual (PPA)**, previsto no artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é o instrumento de planejamento que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal. O PPA tem como objetivo alinhar a ação governamental de forma estratégica, estabelecer prioridades e promover o desenvolvimento sustentável.

O Ministério do Planejamento e Orçamento é responsável por coordenar os processos de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPA, fornecendo metodologias, orientações e apoio técnico para esse fim.

Neste sentido, no Plano Plurianual vigente, os investimentos plurianuais do Sistema Petrobras estão presentes em um programa finalístico: 3003 – Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, cujas ações orçamentárias encontram-se discriminadas em nosso [Portal da Transparência](#).

As referidas iniciativas estão alinhadas à estratégia e objeto social da Petrobras, sendo implementadas em condições de mercado e precedidas das análises técnicas e do devido processo decisório.

A seguir, apresentamos os resultados alcançados das principais iniciativas realizadas em 2023, referente ao PPA 2020-2023.

Ação	Descrição	Investimentos realizados em 2023 (R\$)
151A	Implantação de Unidades de Processamento de Gás Natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos com Capacidade de Processamento de 21 MM m ³ /dia	736.210.163
15SB	Implementação de Solução Dutoviária para Querosene de Aviação - QAV (REPLAN-Brasília)	271.820
1P65	Implantação da Refinaria Abreu e Lima, em Recife (PE)	509.629.841
11UN	Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP)	425.178
152J	Implantação de Gasoduto de Escoamento de Gás Natural do Pré-Sal para Processamento no COMPERJ	24.671.877
1C59	Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP)	5.373.385
15VP	Adequações nos Terminais Aquaviários da Região Sudeste - PLANGÁS	1.433.778
15VL	Implantação e Adequação de Unidades de Tratamento, de Processamento e de Escoamento de Gás Natural em Sergipe	Não iniciada em 2023
15X9	Implementação de Infraestrutura Marítima de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Santos	7.018.616.055
15VG	Implantação de Infraestrutura Marítima de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Campos	5.785.377.144
15VH	Implantação de Infraestrutura Marítima de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Sergipe - Alagoas	136.034.818

Outras informações relevantes

A Petrobras é uma companhia comprometida com sua função social, que considera em seu planejamento estratégico, programas e projetos, a responsabilidade social, o respeito e a promoção dos direitos humanos, a atenção total às pessoas e a efetiva gestão dos riscos e impactos sociais e ambientais como elementos fundamentais em todo ciclo de vida dos negócios e produtos.

Para isso, a Petrobras realiza uma série de iniciativas relacionadas às temáticas Ambiental, Social e Governança (ASG) e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).



PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL (ODS 4, 8, 14 e 15)

Dentre as iniciativas, temos ações nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde, bem-estar, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social.

Em 2023, trabalhamos com 76 patrocínios de apoio ao desenvolvimento da cultura através do Programa Petrobras Cultural. Esses projetos são executados em linha com a Lei nº 8.313/1991 (Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet) que concede renúncia fiscal a empresas que destinam parte de seus impostos para o fomento da cultura.

Por meio do Programa Petrobras Socioambiental e da Iniciativa Floresta Viva, investimos cerca de R\$ 151 milhões em projetos sociais e ambientais (pela controladora no Brasil), sendo R\$ 27

milhões desse investimento em projetos que utilizam benefícios fiscais. Em 2023, também lançamos a maior seleção pública da história dos investimentos socioambientais da Petrobras que somam R\$ 432 milhões para os próximos 3 anos, complementando a carteira de mais de 90 projetos já vigentes do programa.

Dentre as ações que fazem parte do escopo do Programa Petrobras Socioambiental, temos projetos socioambientais com foco no combate à fome, garantia de segurança alimentar e economia solidária, alinhados com políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O PNAE, amparado na Lei nº 11.947/2009, consiste na promoção do atendimento da alimentação escolar com repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal. Por sua vez, o PAA, criado, à época, pelo artigo 19 da Lei nº 10.696/2003, atualmente, o PAA está previsto na Lei nº 14.628/2023), possui entre as suas finalidades fomentar o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em

situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como, a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, comercialização e ao consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Na medida em que os projetos qualificam instituições e apoiam a estruturação das cadeias da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, contribuem diretamente com a implementação dessas políticas, permitindo o acesso de comunidades a oportunidades de comercialização da sua produção, resultando na geração de renda e garantia de segurança alimentar com produtos locais e de boa qualidade nutricional, sendo oferecidos, por exemplo, em merendas escolares a estudantes da rede pública de ensino.

Destacamos também que, com o objetivo de contribuir para a reversão da perda da biodiversidade, muitos projetos socioambientais colaboram com os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), seja por meio do apoio à elaboração dos planos, realização das ações estratégicas previstas ou, ainda, pela coordenação executiva desses planos em parceria com o ICMBio. Um exemplo é o Projeto Albatroz, apoiado desde 2006 por meio do Programa Petrobras Socioambiental, que, em conjunto com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE/ICMBio), desempenha papel crucial na coordenação executiva do Plano de Ação Nacional para Albatrozes e Petréis (PLANACAP). A parceria entre essas instituições não apenas fortalece as bases teóricas e técnicas que sustentam a implementação bem-sucedida do PLANACAP, mas também amplia a execução das ações em prol do desenvolvimento de políticas públicas

destinadas à conservação dessas aves, que estão entre as mais ameaçadas do nosso planeta. Ao todo, os projetos ambientais apoiados em 2023 colaboraram com 17 PANs e, nos últimos anos, três espécies-alvo de projetos apoiados tiveram saída da Lista Vermelha de espécies ameaçadas de extinção do Ministério do Meio Ambiente.

Além do monitoramento de indicadores, realizamos também análises do retorno socioambiental sobre o Investimento (Social Return on Investment – SROI e sua variante de Análise Custo-Benefício -ACB) cuja metodologia converte em valores monetários as transformações ambientais, sociais e econômicas ocorridas em virtude da implementação do projeto. Como consequência desses projetos, podemos citar um resultado de R\$ 512 milhões de Valor Presente relacionados a 30 projetos socioambientais avaliados desde 2019. Em média, os projetos avaliados retornam R\$ 4,84 em benefícios sociais e ambientais para cada real investido pela Petrobras.

A Petrobras também promove ações de combate à pobreza e desigualdade, buscando contribuir para o desenvolvimento social do país. Além dos projetos realizados por meio do Programa Petrobras Socioambiental, a companhia realiza doações de bens e recursos financeiros com esse intuito. Em 2023, a Petrobras doou R\$ 1.134.132,68. Desse montante, R\$ 1.000.000 foi destinado à realização de ações emergenciais para famílias atingidas pelas fortes chuvas no litoral norte de São Paulo. As famílias contempladas foram selecionadas por meio de diagnóstico conduzido por uma instituição sem fins lucrativos.



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (ODS 7, 9 e 10)

A Petrobras tem 47 projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, instituído por meio do Decreto nº 11.632/2023, o qual consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura, em um esforço conjunto para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais. Por meio do Novo PAC, investiremos mais de 300 bilhões pelos próximos quatro anos. Dentre os investimentos, destacam-se sistemas de produção no pré-sal, revitalização de campos petrolíferos convencionais, como Marlim, Albacora e Roncador, a construção de novas plataformas e navios no Brasil e a melhoria do diesel S-10 produzido nas refinarias de Paulínia (Replan) e de São José dos Campos (Revap). Dentro da área de Projetos Renováveis e descarbonização, pretendemos investir em implementação de plantas de BioQAV (querosene de aviação verde) e co-processamento de óleo de origem vegetal em diversas refinarias para acelerar a visão de transição energética e também alavancar segmentos em que o Brasil já é uma potência, como o biorrefino e a geração de energia a partir de fonte eólica onshore ou solar e desenvolver novos negócios como hidrogênio sustentável e captura e estocagem de carbono (CCUS). Importante salientar que, dentro do novo Plano Estratégico 2024-28+, passamos de aproximadamente 6% de investimento de projetos

de baixo carbono para os atuais estimados 15% dos investimentos. Somado a isso, na carteira do PAC, finalizaremos o trem 2 da RNEST (concluindo também a ampliação do trem 1) e adicionaremos unidades de produção de combustíveis para dar robustez e qualidade à produção de derivados nacionais, tais como, uma nova unidade de hidrotreatamento de Diesel na Replan.



PROGRAMA PETROBRAS CONEXÕES (ODS 7 E 9)

O programa Petrobras Conexões para a Inovação engloba iniciativas de inovação e tem como objetivo estabelecer parcerias e criar um ecossistema de inovação, envolvendo pesquisadores, estudantes, institutos, empresas e startups, tanto no Brasil como no exterior. Como resultado, atualmente temos uma rede com mais de 180 parceiros de inovação, mais de 9.000 pesquisadores colaborando interna e externamente, e mais de 800 parcerias em andamento. O programa Conexões acelera o desenvolvimento tecnológico e reduz o tempo de absorção dessas inovações, fortalecendo nosso relacionamento com instituições e universidades parceiras. Nosso investimento em pesquisa, inovação e tecnologia tem se concentrado cada vez mais no desenvolvimento de soluções ambientalmente eficientes e socialmente justas. Um exemplo é o projeto piloto de CCS (Carbon, Capture and Storage, ou seja, captura e estocagem de carbono) que a Petrobras está desenvolvendo no Rio de Janeiro, cujo objetivo é capturar 100 mil toneladas de CO₂ por ano no terminal de Cabiúnas, localizado no norte do estado, e injetá-las em um aquífero salino, evitando a emissão desses gases para a atmosfera. (CENPES)



INVESTIMENTOS EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - PD&I (ODS 7, 8, 9 E 12)

A Petrobras entende que a tecnologia e o conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Nossas metas de PD&I visam tanto a eficiência quanto a diversificação de negócios futuros, por meio da inovação, resultando em um portfólio de patentes cada vez mais robusto. A companhia conta com o maior centro de pesquisas da América Latina, o Cenpes, que interage com todo o ecossistema inovador do país. Ao longo da última década, a Petrobras investiu mais de R\$24 bilhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, sendo a maior parte desse montante destinada a parcerias com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Somente em 2023, foram investidos R\$ 3.619 milhões em PD&I. A obrigação de investimentos decorrente da cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural é regulamentada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) por meio da Resolução ANP nº 918/2023, porém, os investimentos no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras não estão limitados ao cumprimento dessa obrigação. Os resultados desses investimentos em PD&I são refletidos em diversas premiações, como o sexto prêmio *Offshore Technology Conference* (OTC), principal conferência de petróleo e gás da indústria offshore, recebido em 2023. Além disso, a Petrobras venceu quatro das cinco categorias do Prêmio ANP de Inovação pela segunda vez consecutiva, obteve o primeiro lugar no prêmio Valor Inovação na categoria Petróleo e Gás e o segundo lugar geral, foi classificada entre as 20 empresas mais inovadoras do Brasil pela *MIT Technology Review*, e ficou em primeiro lugar em Petróleo e Gás e 12º lugar geral no Ranking 100 Open Startups, que elege as empresas com maior relacionamento com startups.

Considerando as melhores práticas de governança corporativa, a Petrobras publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade, o Resumo Executivo do Relatório de Sustentabilidade, o Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa e o Caderno de Clima que, em conjunto com a presente Carta Anual, prestam contas, mantendo um relacionamento transparente com nossos públicos de interesse e a sociedade em geral. Estes relatórios estão disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Petrobras, na qualidade de sociedade de economia mista, além de perseguir o lucro e a sustentabilidade econômica, busca, no âmbito de suas atividades, promover o desenvolvimento social e econômico do país, de forma alinhada a seu valor de “Comprometimento com a Petrobras e com o país”. Isso é refletido por meio do pagamento de tributos, da distribuição de dividendos aos acionistas, do pagamento de salários e outros componentes, conforme demonstra o gráfico abaixo, que traduz a riqueza gerada pela companhia em 2023.

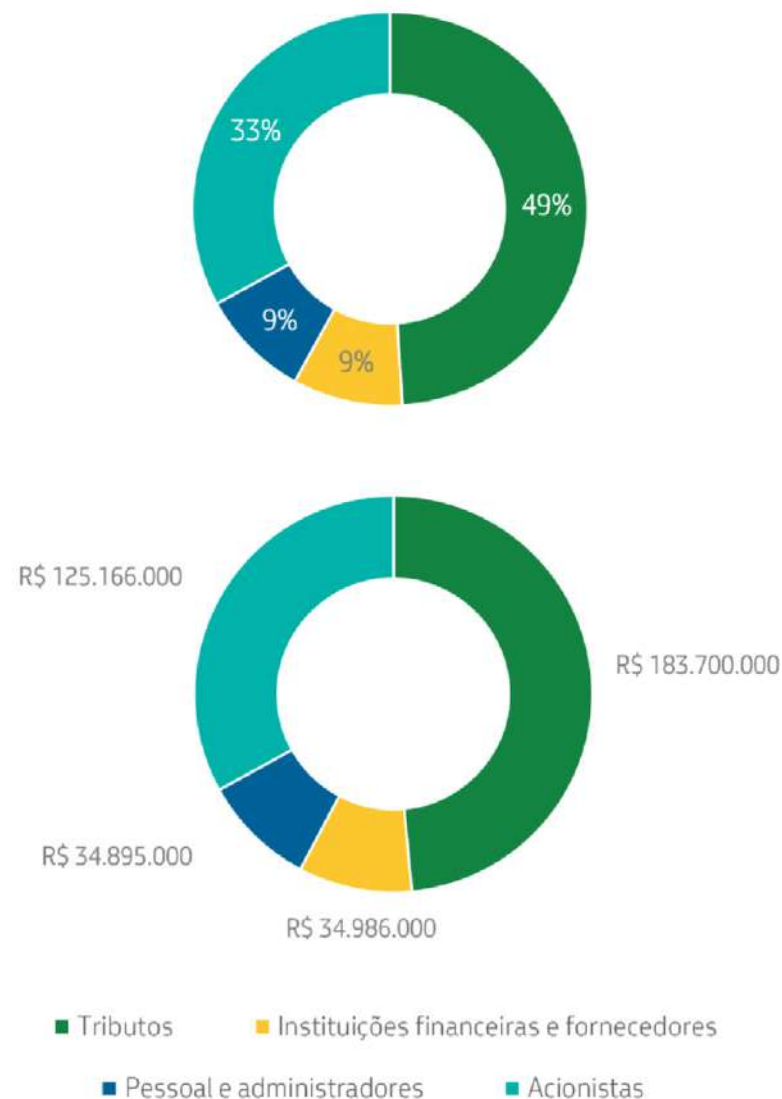
No ano de 2023, recolhemos R\$ 240,2 bilhões na forma de tributos e Participações Governamentais, conforme divulgado em nosso Relatório Fiscal 2023, disponível em nosso [site de Investidores](#). Esses recursos são fundamentais para financiar obras públicas, como investimentos em infraestrutura e programas sociais, impactando positivamente a sociedade como um todo.

No ano de 2023, foi percebida uma redução de 14% no recolhimento anual total, em comparação ao recorde obtido no ano anterior. Essa diminuição pode ser atribuída, principalmente, às rubricas de Participações Governamentais, sendo os royalties e a Participação Especial os principais responsáveis por essa variação negativa, em conjunto com tributos sobre o lucro (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e sobre o Faturamento (Pis e Cofins).

Cumprimos a legislação tributária do Brasil e dos países onde atuamos, definindo nossa estratégia com base na interpretação técnica das normas, padrões e processos, alinhados com o Propósito Negocial e com a Gestão de Risco Tributário. Ademais, temos o compromisso de não possuir participações societárias em jurisdições reconhecidas como de tributação favorecida, bem como observamos as regras de Preço de Transferência previstas no Brasil e nos países em que atuamos, em relação a todas as transações com partes relacionadas, ou não relacionadas, quando assim legalmente exigido.

Informações adicionais acerca da demonstração do valor adicionado podem ser encontradas em nossas demonstrações financeiras de 2023, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

Distribuição do valor adicionado
2023





Principais Resultados

Em 2023, nossos investimentos totalizaram US\$ 12,7 bilhões, representando um aumento de 29% em relação a 2022, em decorrência, principalmente, de maiores gastos em grandes projetos do pré-sal, em especial nos novos sistemas de produção do campo de Búzios e na Revitalização do campo de Marlim, além de maiores investimentos em paradas programadas do refino.

Entregamos um excelente desempenho operacional no *upstream* (primeiro estágio da cadeia de fornecimento de petróleo, com foco na exploração e produção de petróleo bruto e gás natural em reservatórios subterrâneos), atingindo todas as projeções de produção para o ano. A produção anual total de óleo e gás natural, de 2,782 MMboed, ficou 3,7% acima da produção registrada em 2022.

Nossos bons resultados foram possíveis, principalmente, em função da entrada em operação dos FPSOs (*Floating Production Storage and Offloading* - Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência, um tipo de navio-plataforma que pode produzir, armazenar e transferir petróleo e gás natural) Almirante Barroso, Anna Nery e Anita Garibaldi, bem como do atingimento do topo de produção da P-71 e do FPSO Guanabara. Outro fator que contribuiu para este resultado foi a entrada em produção de novos poços nas Bacias de Campos e Santos.

Vale destacar que atingimos, no ano de 2023, diversos recordes de produção, dentre os quais destacamos:

- I. Produção total operada: 3,87 MMboed (recorde anterior de 3,64 MMboed em 2022);
- II. Produção própria no pré-sal: 2,17 MMboed (recorde anterior de 1,97 MMboed em 2022); e
- III. IUGA (Índice de Utilização do Gás Associado): 97,6% (recorde anterior de 97,3% em 2022).

No refino, mesmo com a realização de relevantes paradas programadas ao longo do ano nas refinarias REFAP, RPBC, REDUC e REGAP, o fator de utilização total (FUT) do nosso parque, que leva em conta o volume de carga de petróleo processado em relação à capacidade operacional, foi de 92% em 2023, 4 pontos percentuais acima do fator de 2022.

No ano de 2023, a Petrobras alcançou marcas históricas em relação à produção de seus principais produtos, levando em consideração as refinarias que compõem seu parque de refino. Foram produzidos (i) 23,3 milhões de m³ de gasolina, o maior volume desde 2014; (ii) 41,4 milhões de m³ de diesel, o maior volume desde 2015; e (iii) 7,1 milhões de m³ de GLP (gás de cozinha), o maior volume desde 2007. Tudo isso reduzindo a intensidade de emissões de suas operações, alcançando, simultaneamente, melhores resultados das refinarias em termos de Intensidade Energética, que registrou um índice 3,8 pontos melhor do que o resultado de 2022, atingindo índice de 103,7, e Intensidade de Emissão de Gases do Efeito Estufa, que

apresentou uma redução de 3% em relação a 2022, atingindo a marca de 36,8 kgCO₂e/CWT.

No ano de 2023, a Petrobras alcançou marcas históricas em relação à produção de seus principais produtos, levando em consideração as refinarias que compõem seu parque de refino. Foram produzidos (i) 23,3 milhões de m³ de gasolina, o maior volume desde 2014; (ii) 41,4 milhões de m³ de diesel, o maior volume desde 2015; e (iii) 7,1 milhões de m³ de GLP (gás de cozinha), o maior volume desde 2007. Isto tudo reduzindo a intensidade de emissões de suas operações, alcançando, simultaneamente, melhores resultados das refinarias em termos de Intensidade Energética, que registrou um índice 3,8 pontos melhor do que o resultado de 2022, atingindo índice de 103,7, e Intensidade de Emissão de Gases do Efeito Estufa, que apresentou uma redução de 3% em relação a 2022, atingindo a marca de 36,8 kgCO₂eq/CWT.

Seguimos firmes no biorrefino, como demonstra o marco histórico de processamento de 100% de óleo de soja em uma unidade de refino industrial da Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR), utilizando a tecnologia pioneira desenvolvida no Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (CENPES) da Petrobras, que permite adotar como carga uma matéria-prima 100% renovável, com inovações de processo e catalisador, gerando produtos petroquímicos integralmente renováveis.

O ano de 2023 foi marcado, também, pelos avanços significativos na agenda de descarbonização por meio da aquisição,

em setembro daquele ano, de créditos de conservação florestal equivalentes a 175 mil toneladas de GEE.

Além disso, como reconhecimento à contribuição do Programa de Renovação da Bacia de Campos para a indústria mundial, ganhamos o *OTC Distinguished Achievement Award 2024*, principal prêmio da indústria global offshore.

Como marca do nosso compromisso perene com inovação e desenvolvimento tecnológico, no ano de 2023, foram depositados 143 pedidos de patentes no Brasil e 210 no exterior, totalizando 353 depósitos de patentes, superando, pelo terceiro ano consecutivo, nosso recorde de depósitos de pedidos de patentes no Brasil em um único ano.

Esses principais resultados evidenciam uma Petrobras mais sólida, resiliente e capaz de gerar valor a longo prazo para seus acionistas e para a sociedade, bem como o seu posicionamento assertivo frente aos inúmeros desafios impostos por um mundo em transição.

As informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, constam de nossas Demonstrações Financeiras, disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

Os comentários dos nossos diretores executivos referentes às nossas demonstrações financeiras de 2023 constam do Formulário de Referência e das Demonstrações Financeiras da Petrobras, ambos disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

Indicadores Objetivos

MÉTRICAS DE TOPO

Anualmente, a Petrobras realiza o desdobramento do plano estratégico em indicadores objetivos, chamados de métricas de topo, que impactam diretamente a remuneração variável de todos os diretores e empregados da companhia.

As métricas de topo da Petrobras, aprovadas juntamente com o plano estratégico, fornecem uma orientação mais explícita sobre os principais objetivos da companhia, e são compartilhadas com todas as unidades organizacionais.

O Plano Estratégico 2023-27, vigente no ano de 2023, estabeleceu duas métricas de topo relacionadas à sustentabilidade: o Indicador de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE) e o Vazamento de Petróleo e Derivados (VAZO). Estes indicadores refletem o alinhamento da Petrobras aos compromissos de baixo carbono e sustentabilidade, bem como da função social da Petrobras, conforme descrito a seguir:

a. O IAGEE contribui para: (i) monitorar a emissão direta de gases de efeito estufa para atmosfera em relação aos limites de alerta estabelecidos para essas emissões nos negócios de E&P e Refino; (ii) o desenvolvimento da sociedade, fornecendo a energia que a coloca em movimento, ao mesmo tempo em que promovemos a descarbonização das nossas operações, reduzindo a intensidade de carbono de nossas emissões; e (iii) entregar ao Brasil e ao mundo uma energia competitiva e com baixa emissão de carbono, contribuindo para um futuro próspero e sustentável; e

b. O VAZO mede o total de volume de óleo e derivados vazado considerando as ocorrências acima de um barril (159 litros) e que tenham atingido corpos hídricos ou solo não impermeabilizado sendo aderente aos esforços da União, Estados e Municípios para redução da poluição dos recursos hídricos, dos oceanos e do solo. Essa métrica permite indicar a efetividade das ações de segurança operacional nas atividades da companhia e a proteção ao meio ambiente e avaliar o desempenho da Petrobras em face das demais empresas do setor, por se tratar de indicador com identidade padronizada. O VAZO é um instrumento de incentivo/acompanhamento para ambição de zero vazamento da Petrobras

Neste sentido, a Petrobras propôs, em linha com seu plano estratégico e após a manifestação do MME e da SEST, o uso das métricas de IAGEE e VAZO, no programa de remuneração variável da companhia, tendo em vista se tratar de indicadores que: (i) melhor apuram a contribuição das áreas na geração de valor e no cumprimento das principais estratégias da Petrobras; (ii) possuem abrangência e possibilidade de desdobramento, e; (iii) estão alinhados a objetivos de Políticas Públicas.

As métricas descritas foram apuradas para o ano de 2023 e obtiveram o seguinte resultado:

No que se refere à sustentabilidade e preservação do meio ambiente, a Companhia superou sua meta consolidada do Índice de Atendimento às Metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE), uma vez que as emissões ficaram abaixo dos respectivos limites de alerta estabelecidos para o ano tanto no E&P (resultado de 13,8 kgCO₂e/boe e limite de alerta de 15,04 kgCO₂e/boe), devido principalmente aos recordes de produção no Pré-Sal, à redução de emissões no flare e à implementação de ações de eficiência energética, quanto no Refino (resultado de 36,8 kgCO₂e/CWT e limite de alerta de 37,8 kgCO₂e/CWT), resultado ante o comprometimento da força de trabalho do Refino com os aspectos de desempenho energético e redução de emissões. Já o Volume de Óleo e Derivados Vazados (VAZO) registrado em 2023 foi de 16,86 m³, ficando 86% abaixo do limite de alerta de 120 m³ estabelecido para o ano, o que representa o segundo melhor resultado da Companhia em uma série histórica de 10 anos.

De forma a explicitar o compromisso realizado pela Petrobras em seu Planejamento Estratégico, bem como o seu respectivo atendimento, o Conselho de Administração promove anualmente a avaliação das métricas de topo e publica em sítio eletrônico as conclusões acerca do alcance das metas, além de realizar o encaminhamento das conclusões para o Congresso Nacional e para o Tribunal de Contas da União (TCU), tudo em atendimento ao §2º do artigo 23 da Lei nº 13.303/2016.

A conclusão da avaliação quanto ao atingimento das metas pode ser observada em nosso [site de Investidores](#).



Remuneração da administração

A estratégia de remuneração dos administradores tem como objetivos atrair, incentivar, recompensar e reter os administradores à condução dos negócios de forma sustentável, conciliando os interesses dos acionistas e das demais partes interessadas.

Os objetivos da nossa prática de remuneração são reconhecer e remunerar os membros da Diretoria Executiva (DE), considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como o desempenho e os esforços dos administradores para o atingimento das nossas estratégias e metas de curto, médio e longo prazos.

Os valores praticados são estabelecidos a partir das orientações da SEST e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas (conforme o artigo 152 da Lei nº 6.404/76), sempre em linha com os normativos internos vigentes. Paralelamente, apresentamos à SEST propostas de ajustes remuneratórios decorrentes do resultado de estudos técnicos sobre a aferição do nível de competitividade da remuneração ofertada aos nossos administradores. Tais estudos são baseados em resultados de pesquisas de remuneração desenvolvidas por consultorias especializadas, considerando empresas de diversos segmentos de atuação (Mercado Químico / Petroquímico, Mercado Grandes Grupos Nacionais, Mercado Empresas

com Faturamento acima de R\$ 5 Bi e Mercado Geral), porém de porte e faturamento similares.

Anualmente, a remuneração dos membros da DE é proposta pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (denominado internamente de “Comitê de Pessoas” - COPE) ao CA e definida pela Assembleia Geral de Acionistas.

Os objetivos da nossa prática de remuneração do Conselho de Administração são reconhecer e remunerar os seus membros, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, alinhados às orientações e normas aplicáveis às estatais federais e de acordo com a orientação da SEST, que, conforme esclarecido, tem competência para se manifestar sobre a prática de remuneração dos administradores das empresas estatais e instruir o voto da União nas assembleias gerais dessas empresas.

Anualmente a remuneração dos membros do CA é proposta pelo COPE e definida pela Assembleia Geral de acordo com o artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, com a Lei nº 9.292/1996 e em conformidade às orientações e diretrizes estabelecidas pela SEST.

O artigo 1º da Lei nº 9.292/1996 estabelece que a remuneração dos membros do CA de sociedades

de economia mista, como a Petrobras, “não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas”.

A nossa presidente integra o CA da Petrobras como um de seus membros, porém esta participação não é remunerada.



Conforme orientação da SEST, a remuneração pela participação nos comitês de assessoramento do CA não deve ser incluída na remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral.

Os objetivos da nossa prática de remuneração do Conselho Fiscal (CF) são reconhecer e remunerar os seus membros, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, sendo a composição da remuneração definida por deliberação da Assembleia Geral, tudo em linha com as às orientações aplicáveis às empresas estatais federais e de acordo com o artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/1976 e o artigo 1º da Lei nº 9.292/96.

Da mesma forma, a composição da remuneração do CF é definida por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o artigo 162, §3º da Lei nº 6.404/1976 e artigo 1º da Lei nº 9.292/1996.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 27/04/2023, deliberou a respeito da fixação da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração nos termos do voto da União, seguindo orientação da SEST, com limite de remuneração global no período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024: de até R\$44.986.619,79 a ser paga aos administradores; de até R\$1.275.501,60 a ser paga ao Conselho Fiscal; de até R\$3.316.304,15 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); de até R\$4.081.605,14 a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO); e de até R\$2.295.902,87 a ser paga aos demais comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal encontra-se na Tabela a seguir.

Outras informações sobre remuneração, bem como a composição e experiência profissional da administração e do Conselho Fiscal estão disponíveis no Formulário de Referência e em nosso [site de Investidores](#).

[1] Valor menor remuneração: não foram observados membros com atuação de 12 meses de exercício. O valor da remuneração mínima anual individual foi determinado tendo em conta a remuneração efetivamente paga aos membros que trabalharam durante o ano. O membro com menor remuneração atuou por 1 (um) mês no exercício fiscal. Por outro lado, se considerar o membro que atuou por mais tempo no exercício fiscal (11 meses) a menor remuneração corresponde a R\$ 1.710.583,15.

Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Valores Anuais (R\$)	Diretoria Executiva		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	9,00	9,00	9,00
Nº de membros remunerados	9,00	9,00	9,00
Valor da maior Remuneração	2.754.629,80	2.295.729,68	3.079.232,01
Valor da menor Remuneração	148.387,62	1.691.555,66	3.034.506,31
Valor médio da Remuneração	3.748.138,85	3.073.743,86	3.939.645,02

Valores Anuais (R\$)	Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	11,00	11,00	10,58
Nº de membros remunerados	6,33	3,83	4,50
Valor da maior Remuneração	155.176,71	145.364,64	174.437,57
Valor da menor Remuneração	155.176,71	145.364,64	174.437,57
Valor médio da Remuneração	156.282,25	144.539,50	170.022,79

Valores Anuais (R\$)	Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	5,00	5,00	5,17
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,17
Valor da maior Remuneração	155.176,71	145.364,64	174.437,57
Valor da menor Remuneração	155.176,71	145.364,64	174.437,57
Valor médio da Remuneração	156.203,27	145.364,64	164.402,72

Gerenciamento de riscos e controles internos

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso plano estratégico. A gestão de riscos é integrada com a orientação de ações de resposta a riscos que considerem os possíveis impactos nos nossos stakeholders e voltada para a agregação e a preservação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

Nosso processo de gestão de riscos é coordenado por uma área corporativa, permitindo a padronização e a uniformização de nossas análises de risco e o gerenciamento das responsabilidades dos riscos, que estão estruturados de acordo com o modelo de três linhas. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança. Isto pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração (CA), a Diretoria Executiva (DE), titulares da estrutura geral e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes envolvidas.

A identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos são realizados pelas unidades organizacionais, em articulação com a Gerência Executiva de Riscos. Riscos estratégicos são reportados trimestralmente ao Comitê Executivo de Riscos (CE- Riscos), à DE, ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e ao CA e riscos altos e muito altos são reportados mensalmente ao CAE. A avaliação da eficácia do processo de gestão de riscos é feita pela Auditoria Interna, órgão subordinado diretamente ao CA.

Essa estrutura de governança foi desenhada de forma a possibilitar uma adequada segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pela definição dos limites à exposição e pelo seu monitoramento periódico.

Essa estrutura de governança foi desenhada de forma a possibilitar uma adequada segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pela definição dos limites à exposição e pelo seu monitoramento periódico.

Assim, a nossa estrutura organizacional apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:

As atividades dos órgãos acima são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado, quando aplicável.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanham periodicamente os principais resultados da gestão de riscos na Petrobras. Normalmente, na tomada de decisão de questões relevantes na companhia são considerados de forma sistemática os riscos e as ações de resposta em cada alternativa de decisão.



POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2020, apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez que associa a tradicional visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio e das informações empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e corrupção (conformidade legal), dentre outros riscos.

Entendemos que os riscos devem ser considerados em todas as decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance.

Os riscos aos quais estamos expostos (riscos empresariais) são classificados em três agrupamentos: (a) operacional, (b) financeiro e (c) conformidade, legal e regulatório.

OPERACIONAL

Reúne riscos decorrentes das nossas atividades-fim, além daqueles decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

FINANCEIRO

Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.

CONFORMIDADE, LEGAL E REGULATÓRIO

Reúne os riscos empresariais relacionados ao cumprimento das leis e dos regulamentos pertinentes aplicáveis à empresa, bem como seu Código de Conduta Ética e outros documentos relacionados.

INSTRUMENTOS PARA PROTEÇÃO

O nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com nosso Plano Estratégico 2024-28+. Os riscos são considerados em todas as nossas decisões estratégicas e a gestão é sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação. Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos, e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

Riscos Operacionais

Entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inseriu a segurança como uma métrica de topo.

Acreditamos que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. Isto naturalmente nos leva a priorizar a segurança e a confiabilidade de nossos processos e das nossas instalações como forma de proteger as pessoas e o meio ambiente. A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas nossas instalações, além de um contínuo esforço de treinamento da nossa força de trabalho para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais. Além disso, possuímos um Guia de Gerenciamento de Crise, alinhado às recomendações do Guia de Orientação

para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.

A gestão de riscos operacionais também perpassa a nossa gestão ativa de portfólio. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão da nossa carteira. Além disso, monitoramos continuamente a evolução do cenário externo e a nossa atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse.

Riscos Financeiros

A gestão dos riscos financeiros (mercado, crédito e liquidez) deve considerar uma análise integrada, garantindo que as relações entre as operações de nossas diferentes áreas e nossas participações societárias sejam avaliadas, priorizando formas de proteção naturais.

Riscos de Conformidade, Legais e Regulatórios

A gestão de riscos insere-se em nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atuamos. Não toleramos desvios de conduta contrários aos princípios descritos no Código de Conduta Ética ou de descumprimento de nossas obrigações legais e contratuais, exigindo o mesmo padrão de comportamento de nossos colaboradores, parceiros e fornecedores. Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio



de controles internos, da constante divulgação do Código de Conduta Ética, do Sistema de Integridade e outros instrumentos de prevenção adotados pela companhia.

O nosso negócio, incluindo as relações com terceiros, é guiado por princípios éticos. Adotamos um Código de Conduta Ética, Guia de Conduta de Fornecedores e uma série de políticas internas destinadas a orientar nossos administradores, empregados e prestadores de serviços e reforçar nossos princípios e regras de comportamento ético e conduta profissional. Oferecemos aos funcionários, contratados e terceiros um canal de comunicação externo para o recebimento de denúncias ([Canal de Denúncia Petrobras](#)), operado por empresa independente.

NOSSOS CONTROLES INTERNOS

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nossa administração, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), procede à verificação do sistema de controles internos, os quais são autoavaliados anualmente pelos gestores (*control self-assessment*), revisados quanto à adequação do desenho e testados quanto à sua eficácia.

Nossa administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre os nossos relatórios financeiros em 31/12/2023. Com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências

do sistema de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a administração concluiu que os controles internos sobre nossos relatórios financeiros foram efetivos em 31/12/2023.

ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS ENVOLVIDAS

Na composição da estrutura da nossa Diretoria Executiva de Governança e Conformidade (DGC), dispomos da Gerência Executiva de Conformidade, que é responsável por conduzir, anualmente, o processo de certificação de controles internos na Petrobras, cuja avaliação de efetividade também conta com a participação da Auditoria Interna, área vinculada ao Conselho de Administração.

O estabelecimento e a manutenção dos nossos controles internos referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, desenvolvido sob responsabilidade da nossa presidente e do diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores e supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do nosso Conselho de Administração.

Os auditores independentes, no cumprimento de suas atribuições, avaliaram a adequação e a efetividade do sistema de controle interno sobre o processo de preparação e divulgação dos nossos relatórios financeiros e emitiram, em maio de 2024, relatório circunstanciado, preparado nos termos do artigo 25, inciso II, da Resolução CVM nº 23/2021.

Para mais informações sobre nosso gerenciamento de riscos e controles internos ver o Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).

FATORES DE RISCO

A natureza de nossas operações nos expõe a uma série de riscos que, individualmente ou em conjunto, podem ter um efeito em nosso desempenho. Para acessar a descrição completa dos nossos fatores de risco e riscos de mercado, recomendamos consultar os relatórios disponibilizados em nosso [site de Investidores](#), como o Relatório de Sustentabilidade, o Formulário de Referência, e o Form 20-f.

Por meio destes relatórios, que são publicados tempestivamente às nossas partes interessadas, é possível observar de maneira consolidada as melhores informações sobre o estado atual dos riscos, como também as mitigações em andamento de acordo com a temática de cada documento. Dessa forma, promovemos uma visão abrangente e assertiva no âmbito da comunicação externa dos riscos empresariais.

Sistema de Integridade

O nosso sistema de integridade está estruturado de acordo com as três linhas de defesa do Instituto dos Auditores Internos (IIA) e tem como objetivo garantir um ambiente corporativo íntegro para os negócios, com transparência, ética e diálogo com nossos colaboradores, parceiros e clientes.

Nesse modelo, cada grupo que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança. Isso pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas pela estrutura, conforme figura apresentada a seguir:

PROGRAMA DE COMPLIANCE

O nosso [Programa de Compliance](#) é constituído por um conjunto de mecanismos destinados a prevenir, detectar e remediar desvios de conduta e atos lesivos praticados contra a companhia. O Programa foi construído com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na nossa Política de Compliance e no nosso Código de Conduta Ética, com o propósito de fomentar e manter um ambiente de integridade na companhia.



O Programa destina-se aos nossos diversos públicos de interesse, incluindo: alta administração, força de trabalho do Sistema Petrobras, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público e todos aqueles que se relacionam e/ou representam os interesses da companhia em suas relações de negócios.

A Diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras é responsável pelo nosso Programa de Compliance, e atua como a guardiã do sistema de integridade.

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA

Nosso Código de Conduta Ética é destinado ao fomento e à manutenção de integridade em nosso ambiente organizacional. O referido Código define os princípios éticos que norteiam nossas ações e compromissos de conduta, tanto institucionais quanto da nossa alta administração, empregados e prestadores de serviços, explicitando o sentido ético do nosso propósito, da nossa visão e do nosso plano estratégico.

Nosso Código de Conduta Ética deve ser revisado no mínimo a cada dois anos, tendo o Conselho de Administração aprovado a última revisão em novembro de 2022. Nossa força de trabalho deve conhecer o Código, participar de treinamento anual e assinar o termo de ciência.

Até 2023, 99,17% dos empregados assinaram o termo de ciência do Código de Conduta Ética.

O Código de Conduta Ética pode ser acessado em nossa página interna e em nosso [site de Investidores](#), em português e inglês.

GUIA DE CONDUTA ÉTICA PARA FORNECEDORES DA PETROBRAS

Nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores é o primeiro documento exclusivamente destinado a cadeia de fornecedores da Petrobras, contendo diretrizes sobre valores e comportamentos éticos esperados. Aplica-se a todos os fornecedores, no Brasil ou no exterior, que estejam envolvidos nos processos comerciais (licitações, pré-qualificações e contratação direta), bem como aqueles que celebrem instrumentos jurídicos conosco (contrato, convênio, termo de cooperação, dentre outros).

O referido Guia contém princípios, valores e diretrizes que norteiam a relação entre a Petrobras e seus fornecedores, refletindo os elevados padrões de integridade, responsabilidade social e ambiental e com a conduta ética. O documento está publicado em português e inglês e pode ser acessado pelo nosso [site eletrônico externo](#), sendo que, antes de assinar um contrato conosco, todo fornecedor deve preencher e assinar a Declaração de Atendimento ao Guia de Conduta Ética para Fornecedores.

Desta forma, caso seja constatado seu descumprimento, aplica-se o sistema de consequências, conforme disposto em nosso Guia da Qualidade para Fornecedores, disponível no [Canal Fornecedor](#) da Petrobras.

POLÍTICA DE COMPLIANCE

Nossa [Política de Compliance](#) possui princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos que assumimos em relação à promoção dos valores éticos, da integridade e da transparência na condução de nossos negócios, propiciando um ambiente seguro à tomada de decisão. Buscamos reforçar o nosso compromisso com o fortalecimento da cultura de integridade, guiados pelos seguintes princípios: Ética e Transparência; Foco na Prevenção; Detecção e Remediação; Respeito às Pessoas; Papel da Liderança; e Impacto Positivo na Sociedade.

DIRETORIA DE GOVERNANÇA E CONFORMIDADE

No final de 2023, a DGC passou por uma reorganização significativa de sua estrutura, com o objetivo de fortalecer e aprimorar seus processos. Destaca-se a criação da Gerência Executiva de Responsabilização Disciplinar, que atua como corregedoria, responsabilizando desvios e não conformidades. Além disso, foi criada uma gerência, liderada por uma mulher, para tratar especificamente de denúncias relacionadas a episódios de violência no trabalho (violências sexuais, assédio moral, retaliação e discriminação). Essas mudanças mostram o compromisso da Petrobras em fortalecer sua governança e conformidade, promovendo um ambiente de trabalho seguro e ético.

Outro aprimoramento é a Gerência Geral de Informações Estratégicas e Monitoramento do Sistema de Integridade, que utiliza tecnologia avançada e inteligência de dados para analisar incidentes de conformidade e identificar



de uma lista de profissionais pré-selecionados por meio de uma empresa terceirizada especializada.

A DGC atua na segunda linha de defesa do sistema de integridade da Petrobras e nos processos para a gestão dos riscos de conformidade, assessorando o desenvolvimento e monitoramento das atividades de controle realizadas pelos nossos gestores.

O nosso Plano Básico de Organização, referenciado em nosso Estatuto Social, evidencia as responsabilidades da DGC. Essas responsabilidades contemplam, entre outras, atividades de disseminação da cultura de integridade, prevenção de incidentes de conformidade - incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro -, controles internos, análise de integridade dos gestores e de contrapartes, processos investigativos e deliberações disciplinares. Além disso, a DGC também é responsável pelas atividades relacionadas ao modelo de governança corporativa e governança societária da Petrobras, gestão do processo decisório e cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

irregularidades de forma ágil. Essa gerência também é responsável pelo monitoramento contínuo de indicadores, processos, controles, projetos e iniciativas, visando ao aprimoramento constante do Sistema de Integridade e à consecução dos objetivos estratégicos da Petrobras.

Dessa forma, a DGC é composta pelas áreas de Governança, Conformidade, Integridade Corporativa, Privacidade, Responsabilização Disciplinar e Informações Estratégicas e Monitoramento do Sistema de Integridade, onde atuam 327 profissionais (dados de 06/03/2024).

A DGC é liderada por diretor independente, com previsão expressa em Estatuto Social sobre a possibilidade de relato direto ao Conselho de Administração. Desde 2014, o diretor executivo de Governança e Conformidade é eleito a partir

CANAL DE DENÚNCIA

Nosso Canal de Denúncia está disponível por telefone e pelo site, 24 horas por dia, sete dias por semana, em três idiomas (português, inglês e espanhol) para os públicos externo e interno da Petrobras e suas sociedades controladas. Todas as informações são recebidas por uma empresa contratada, independente e especializada, que registra a denúncia para o devido tratamento da Ouvidoria-Geral. Em 2023, recebemos 3.692 denúncias (61,9% pelo site, 30,0% por contato telefônico e 8,1% pelos demais meios), o que representa 1,9 denúncias a cada 100 colaboradores (considerando empregados, prestadores de serviço, credenciados, nomeados, jovens aprendizes e estagiários).

Para garantir a sua higidez, o processo de tratamento das denúncias é submetido a controles internos específicos. Além disso, possuímos uma Diretriz de Proteção a Denunciante que estabelece medidas para a proteção das pessoas que denunciem de boa-fé não conformidades relacionadas à atuação da companhia, ou tenham divulgado, de forma inequívoca, a intenção de fazê-lo.

OUVIDORIA-GERAL

Responsável pela gestão do Canal de Denúncia e vinculada ao Conselho de Administração, (CA), nossa Ouvidoria-Geral apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO), as denúncias de incidentes de conformidade de alto e de muito alto riscos, bem como o resultado

de suas apurações. Ademais, todas as denúncias consideradas críticas em nossa matriz e as que citam membros da Alta Administração, são apresentadas mensalmente ao CAE.

Informações quantitativas e qualitativas das manifestações recebidas são reportadas semestralmente ao CAE e à Diretoria Executiva (DE) e, anualmente ao CA, fornecendo subsídios para o aprimoramento da gestão.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Em 2023, nosso Portal de Transparência ocupou o primeiro lugar no ranking de transparência ativa da Controladoria-Geral da União (CGU) pelo terceiro ano consecutivo, dentre mais de 300 órgãos e entidades federais avaliados.

Em novembro de 2023, assinamos contrato com a CGU, com o objetivo de conceder àquele órgão de controle a licença de uso do Sistema de Tarjamento de Dados Pessoais, desenvolvido por iniciativa conjunta da Ouvidoria-Geral e da TIC.

O sistema permite a identificação e ocultação automática de dados pessoais contidos em documentos, adequando o tratamento de dados pessoais às determinações da LGPD. Com a concessão, a CGU disponibilizará a ferramenta de tratamento de dados pessoais para todos os órgãos federais, estaduais e municipais do país que utilizem as plataformas de Ouvidoria e de Acesso à Informação do Fala.BR. A previsão é de que haja queda em mais de 15% nas negativas de acesso à informação. Essa iniciativa é uma grande contribuição da Petrobras para a transparência pública em âmbito nacional.

Em dezembro de 2023, ampliamos a divulgação de informações no Portal da Transparência, como, por exemplo, a inclusão de subseções sobre o Programa Conexões para a Inovação, assim como a publicação do Balanço da Ouvidoria-Geral.

Também iniciamos a atualização das seções e subseções do Portal da Transparência, em atendimento do novo Guia de Transparência Ativa da CGU.

Em 2023, registramos 592.742 visualizações do Portal de Transparência e analisamos 4.151 pedidos de acesso à informação, com prazo médio de resposta de 15,49 dias, sendo o 5º órgão mais demandado do Brasil.

No Portal, divulgamos informações institucionais, despesas e receitas, auditorias e prestação de contas, atendendo à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), à Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e à Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses). Além disso, divulgamos também a agenda de autoridades, a tabela de salário dos empregados e de remuneração dos administradores, a relação de presentes e hospitalidades, entre outras informações de relevante interesse da sociedade.

Para mais informações sobre nosso Programa de Integridade, consultar o Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Investidores](#).



Governança Corporativa

As boas práticas de governança corporativa e compliance constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Nossa prioridade é atuar sempre orientados pela ética, pela integridade e pela transparência. Adicionalmente, considerando nossa atuação em mercados cada vez mais competitivos, é importante que nosso modelo de governança assegure o equilíbrio entre eficiência e controle para nos garantir atuação ágil e segura ao mesmo tempo.

Nos últimos anos, implementamos avanços significativos na governança corporativa e nos nossos sistemas de integridade, compliance e controles internos. Adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso com a melhoria contínua e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Neste sentido, realizamos constantemente melhorias em nossas práticas e em nossos principais instrumentos de governança, como o Estatuto Social; regimentos internos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento a estes órgãos; políticas e códigos, entre outros.

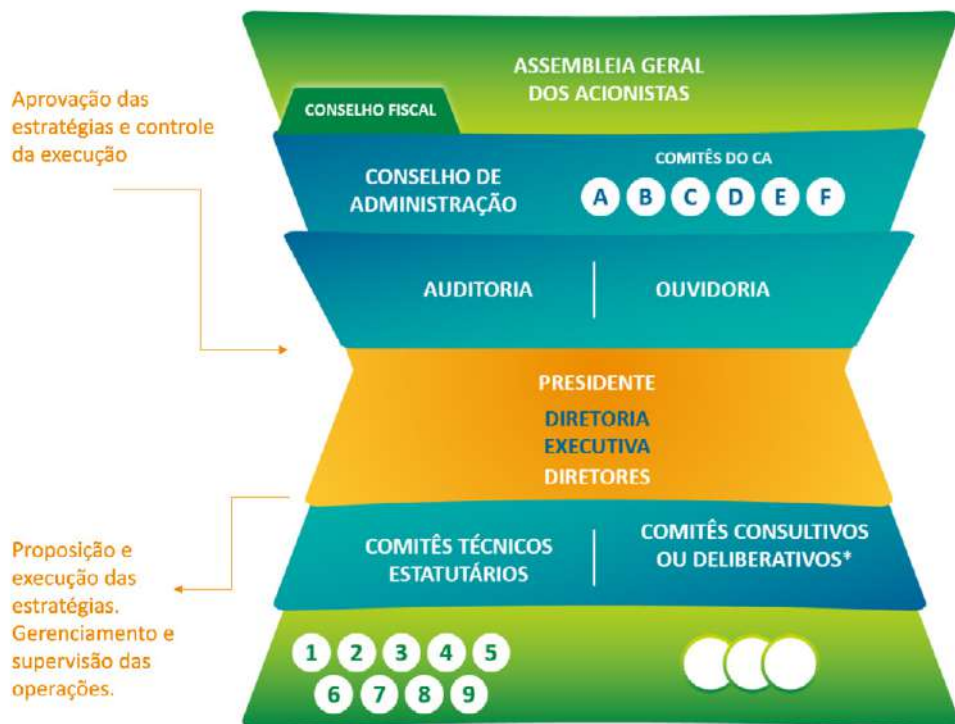
Nosso modelo de governança, expresso em nossa **Política de Governança Corporativa e Societária**, tem como objetivo contribuir para: (i) garantir a nossa sustentabilidade e a perenização das melhores práticas de governança; (ii) aprimorar o processo decisório na alta administração; (iii) aprimorar os nossos processos de planejamento, controles e desempenho; (iv) aumentar a transparência e a

divulgação de informações; (v) fortalecer a nossa imagem institucional e a nossa reputação; e (vi) gerar valor para os acionistas e demais partes interessadas, de forma ética e sustentável.

Esse modelo tem seu funcionamento orientado pelos seguintes princípios: (i) transparência; (ii) respeito e tratamento equânime aos acionistas e demais partes interessadas; (iii) prestação de contas; (iv) responsabilidade econômica, social e ambiental; e (v) respeito aos requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atuamos.

NOSSA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus comitês (Comitês do CA), Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês (na figura a seguir).



* A DIRETORIA EXECUTIVA PODERÁ CRIAR COMITÊS CONSULTIVOS OU DELIBERATIVOS CONFORME A RELEVÂNCIA DE TEMAS E MATERIAS

Comitês Técnicos Estatutários:

Comitês Estatutários do CA:

- A. Investimentos
- B. Auditoria
- C. Segurança, Meio Ambiente e Saúde
- D. Pessoas
- E. Minoritários
- F. Auditoria do Conglomerado Petrobras

1. Exploração e Produção
2. Engenharia, Tecnologia e Inovação
3. Processos Industriais e Produtos
4. Transição Energética e Sustentabilidade
5. Logística, Comercialização e Mercados
6. Governança e Conformidade
7. Financeiro e de Relacionamento com Investidores
8. Assuntos Corporativos
9. Investimento e Desinvestimento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão colegiado de orientação e direção superior da Petrobras, responsável por fixar a orientação geral dos nossos negócios, definir nossa missão, nossos objetivos estratégicos e diretrizes, bem como monitorar sua execução e gestão pela Diretoria Executiva. É composto por, no mínimo, sete e, no máximo, onze membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de gestão unificado, que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

RAIO-X CONSELHO DE



11 membros

6 membros independentes e não executivos

1 representante dos empregados

2 mulheres

2 pessoas autodeclaradas negras

Vedação de acúmulo das funções de presidente do CA e CEO

Conheça [aqui](#) os nossos conselheiros de administração.

As indicações para o Conselho de Administração devem observar as vedações e requisitos previstos na legislação e em nosso Estatuto Social e Política de Indicação. As indicações para o Conselho de Administração são previamente apreciadas pelo Comitê de Pessoas, que auxilia os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições.

Nosso Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% de membros independentes, enquanto a Lei nº 13.303/2016 e o regulamento do Nível 2 da B3 exigem, respectivamente, 25% e 20%. **Atualmente temos 55% de membros independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016, do artigo 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016, além do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso das obrigações legais, em caso de divergência entre as regras.**

De acordo com nosso Estatuto Social, o CA deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a companhia, exceto a nossa presidente e o membro eleito pelos empregados. As funções de presidente do CA e de presidente da Petrobras ou principal executivo não são exercidas pela mesma pessoa, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Nosso Conselho de Administração conta com seis comitês de assessoramento, com a missão assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da companhia. Os comitês poderão ser compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por profissionais de mercado de notória experiência e capacidade técnica. Veja a seguir as principais atribuições dos comitês do CA:

Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CSMS): assessorar o CA no estabelecimento de políticas e diretrizes relacionadas à gestão estratégica de SMS, mudanças climáticas, transição para uma economia de baixo carbono, responsabilidade social, entre outros assuntos. Esse comitê também monitora indicadores de SMS e pesquisas de imagem e reputação, sugerindo ações quando necessário.

Comitê de Investimentos (COINV): assessorar o CA sobre plano de negócios e demais questões de natureza estratégica, incluindo políticas financeiras, e monitorar suas respectivas execuções. Esse comitê também é responsável por assessorar o CA com relação a oportunidades de negócios, investimentos e/ou desinvestimentos, fusões, incorporações e cisões. Além disso, o COINV assessorar o CA na análise do nosso programa anual de financiamento.

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE): assessorar o CA na análise das demonstrações financeiras consolidadas anuais e trimestrais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS); assessorar o CA

no estabelecimento de políticas globais relativas à avaliação e ao gerenciamento de riscos; avaliar e monitorar as nossas exposições a risco; receber, encaminhar e monitorar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, em matérias relacionadas ao escopo de nossas atividades; analisar os relatórios sobre controles internos relacionados a aspectos financeiros, contábeis, operacionais, legais e éticos, elaborados pela auditoria interna e pelas unidades responsáveis pelas avaliações desses controles, e verificar o cumprimento das recomendações contidas nesses relatórios; supervisionar as atividades das áreas responsáveis por controles internos, auditoria interna e ouvidoria; tomar conhecimento das atividades de governança e conformidade; avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a auditoria interna, a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção; zelar pela adoção, manutenção e aprimoramento de boas práticas de conformidade legal e integridade pela companhia, reportando-se ao CA quando julgar necessário; e avaliar os seguintes relatórios, para publicação em nosso site na internet e arquivamento na CVM, conforme o caso: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas.

Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO): criado para atender aos requisitos da Lei nº 13.303/2016, que prevê a possibilidade de as sociedades controladas compartilharem os custos e as estruturas de suas respectivas controladoras. É responsável por ser o comitê de auditoria das sociedades do Conglomerado Petrobras que não possuem comitê de auditoria próprio. Atua também no assessoramento do Conselho de Administração

da Petrobras na emissão de orientação para as sociedades do conglomerado com relação às matérias previstas em seu regimento interno.

Comitê de Pessoas (COPE): auxiliar o CA em todos os aspectos relacionados à gestão de recursos humanos da alta administração, incluindo, mas não se limitando a: remuneração (fixa e variável), nomeações e políticas de sucessão, bem como seleção e elegibilidade. O Comitê de Pessoas atua, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016, no assessoramento dos acionistas quanto à indicação de membros para o CA e Conselho Fiscal. O COPE também assessorar o CA na eventual aplicação de medida do sistema de consequência a membros da Direção Superior e membros externos dos comitês do CA, além de atuar como última instância recursal de procedimentos disciplinares. O Comitê monitora pesquisas de imagem e reputação, recomendando ações quando pertinente.

Comitê de Minoritários (COMIN): assessorar o CA em transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, quando em condições fora do curso normal da Petrobras. O COMIN também realiza o aconselhamento dos acionistas, emitindo parecer sobre determinados assuntos de competência da Assembleia Geral, na forma do artigo 30, §4º, do nosso Estatuto Social.

A composição e as regras de funcionamento dos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração são disciplinadas em regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho disponíveis em nosso [site de Investidores](#).

DIRETORIA EXECUTIVA

É o órgão responsável pela gestão dos nossos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

RAIO-X
DIRETORIA
EXECUTIVA

9 membros

2 mulheres

1 pessoa autodeclarada negra

Conheça [aqui](#) os nossos diretores executivos.



A Diretoria Executiva é composta por um presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e oito diretores executivos, eleitos pelo Conselho para um prazo de gestão unificado de até dois anos sendo permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis por gerir suas respectivas áreas de contato, conforme atribuições previstas no Plano Básico de Organização, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

Os indicados para os cargos de presidente e diretores executivos passam por análises internas para verificar o cumprimento dos requisitos e a ausência de vedações legais, além daqueles previstos em nosso Estatuto Social e na Política de Indicação.

Comitês Técnicos Estatutários (CTE): são órgãos colegiados, de caráter consultivo, previstos no Estatuto Social, compostos por titulares da nossa estrutura geral, e com vínculo de assessoramento a um membro da Diretoria Executiva.

Os membros da Diretoria Executiva contam com até oito Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo regimento interno, observado o disposto no artigo 160 da Lei nº 6.404/1976.

Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Técnicos Estatutários:

- Comitê Técnico Estatutário de Transição Energética e Sustentabilidade;
- Comitê Técnico Estatutário de Engenharia, Tecnologia e Inovação;
- Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção;
- Comitê Técnico Estatutário de Processos Industriais e Produtos;
- Comitê Técnico Estatutário de Logística, Comercialização e Mercados;
- Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores;
- Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade; e
- Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos.

Adicionalmente, a Diretoria Executiva conta com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, a ela vinculado, para os assuntos relacionados ao acompanhamento e execução de projetos de investimento e de desinvestimento da companhia.

A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimento aprovado pelo Conselho de Administração, disponível em nosso [site de Investidores](#).

A Diretoria Executiva também pode criar comitês de natureza deliberativa ou consultiva, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

A composição e as regras de funcionamento desses comitês, denominados Comitês Executivos, são disciplinadas em regimentos aprovados pela Diretoria Executiva. Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Executivos:

- Comitê Executivo de Riscos;
- Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; e
- Comitê Executivo de Transparência e Privacidade

CONSELHO FISCAL

É um órgão colegiado, de caráter permanente, não integrante da administração, ao qual cabe fiscalizar o cumprimento dos deveres legais e estatutários dos administradores e defender os interesses da Petrobras e de seus acionistas.

RAIO-X CONSELHO FISCAL



5 membros titulares e 5 membros suplentes

2 mulheres (ambas titulares)

1 pessoa autodeclarada negra (titular)

Conheça [aquí](#) os nossos conselheiros fiscais.

O Conselho Fiscal é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de atuação de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas.

Existe um calendário das reuniões ordinárias do Conselho Fiscal, visando à execução do Plano de Trabalho. Adicionalmente, o Colegiado participa de reuniões conjuntas com o Comitê de Auditoria Estatutário, visando à apreciação de matérias, principalmente, correlacionas às Demonstrações Financeiras, à Administração de Riscos e Governança e Conformidade.

Principais reconhecimentos de governança e conformidade

Como reconhecimento aos nossos compromissos e avanços em governança, destacamos a seguir os principais obtidos em 2023:

- Mantida a certificação no Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-SEST), no melhor nível do indicador (Nível 1), conforme última avaliação ocorrida em 2022.
- Alcançamos 94% de aderência ao Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC).
- A Petrobras foi a única empresa premiada nas cinco categorias da 1ª Premiação de Boas Práticas do Movimento Transparência 100%,

do Pacto Global da Organizações das Nações Unidas (ONU) no Brasil. O prêmio reconhece e incentiva ações das empresas comprometidas com a transparência corporativa no país, visando ao cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

- Em novembro de 2023, a Petrobras recebeu o prêmio no IX Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética promovido pela Comissão de Ética Pública (CEP) pela prática “Jornada Petrobras pela Integridade: a trilha de disseminação da ética em áreas operacionais”, que visa fornecer conteúdos sobre Ética e Integridade à força de trabalho lotada nas áreas operacionais da companhia.

Outras boas práticas de governança



Cabe ao Conselho de Administração da Petrobras avaliar, anualmente, o desempenho individual e coletivo do Conselho de Administração e seus comitês, bem como da Diretoria Executiva. Os critérios e a metodologia para avaliação anual são definidos pelo CA, com suporte do Comitê de Pessoas.



Os administradores e conselheiros fiscais, na posse e anualmente, participam do Treinamento Obrigatório para Estatutários (TOPE). O TOPE aborda temas sobre legislação societária e mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta; Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais assuntos relacionados às nossas atividades. Os administradores e conselheiros fiscais que não participarem dos treinamentos anuais nos últimos dois anos não poderão ser reconduzidos ao cargo.



Temos um Canal de Denúncia externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, todos os dias do ano. <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>.



A remuneração variável da presidente e dos diretores executivos é definida com base no atingimento das metas corporativas e individuais, definidas e avaliadas pelo Conselho de Administração. O pagamento é diferido em cinco anos, desde que seus pré-requisitos e metas estabelecidos sejam alcançados.



As nossas principais decisões são tomadas de forma colegiada (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) ou compartilhadas, sendo necessários pelo menos dois gestores para aprovação do ato. Esse modelo de decisão baseia-se no four-eyes principle (princípio dos quatro olhos), que aumenta a transparência e o controle de nosso processo decisório.

Para conhecer o [Código de Boas Práticas](#), que reúne políticas corporativas da companhia, tais como a política de governança corporativa e societária, de gestão de riscos empresariais, de compliance, de remuneração aos acionistas e de indicação de membros da alta administração e do Conselho Fiscal, acesse nosso [site de Investidores](#).

Informações adicionais sobre nossa governança corporativa podem ser encontradas no Informe sobre o CBGC, apresentado anualmente da CVM, em atendimento à Instrução CVM nº 480/2009, por meio do sistema eletrônico Empresas.Net, disponível no site da CVM.

O CBGC apresenta princípios, fundamentos e práticas recomendadas para a governança corporativa de companhias abertas e adota o modelo “pratique ou explique”, adotado por diversos países, como Reino Unido, Alemanha e Holanda.

Considerando as melhores práticas de governança corporativa, a Petrobras, por meio da Gerência Executiva de Responsabilidade Social, publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade, o Resumo Executivo do Relatório de Sustentabilidade e o Caderno de Direitos Humanos e Cidadania Corporativa de forma a prestar contas e manter um relacionamento transparente com nossos públicos de interesse e a sociedade em geral. Estes relatórios estão disponíveis no endereço eletrônico [Relatórios Anuais - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](#).

Para mais informações sobre nossa governança corporativa, consultar o Formulário de Referência e nossos principais instrumentos de governança corporativa em nosso [site de Investidores](#).





Plano de Saúde

Nosso Plano de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), nomeado Saúde Petrobras, é operado desde 2021 pela Associação Petrobras de Saúde (APS). Em 2023, a APS encerrou o ano com 261.539 beneficiários distribuídos em todos os estados da federação.

Melhorias expressivas na gestão do plano de saúde foram implantadas em 2023, com foco na eficiência de custos e melhoria da qualidade do atendimento aos beneficiários. Dentre os principais resultados podemos destacar:

- Em 2023, a APS obteve a nota 0,8441 (sendo 1,0 a nota máxima) no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar, um salto de quase 0,30 pontos em relação à última avaliação realizada e que coloca o nosso plano na 1ª. faixa avaliativa do Sistema de Qualificação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Retorno do atendimento presencial aos beneficiários, na modalidade itinerante; e
- Implantação de novo modelo de Benefício Farmácia, com redução de custos e aumento de 18,5% no número de usuários atendidos

A Resolução CGPAR nº 36/2022 estabelece diretrizes e parâmetros mínimos de governança para as empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão. Em cumprimento do artigo 4º dessa Resolução, que dispõe sobre rotinas de avaliação e monitoramento da gestão das operadoras de autogestão, informamos que a Petrobras cumpre as exigências regulatórias da legislação de saúde suplementar enquanto patrocinadora da Associação Petrobras de Saúde (Saúde Petrobras). As informações contábeis da Associação Petrobras de Saúde estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, em nosso [site de Investidores](#).

CARTA ANUAL DE

***Políticas
Públicas
e Governança
Corporativa***
